

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2017**

MPF
Ministério Público Federal

2ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

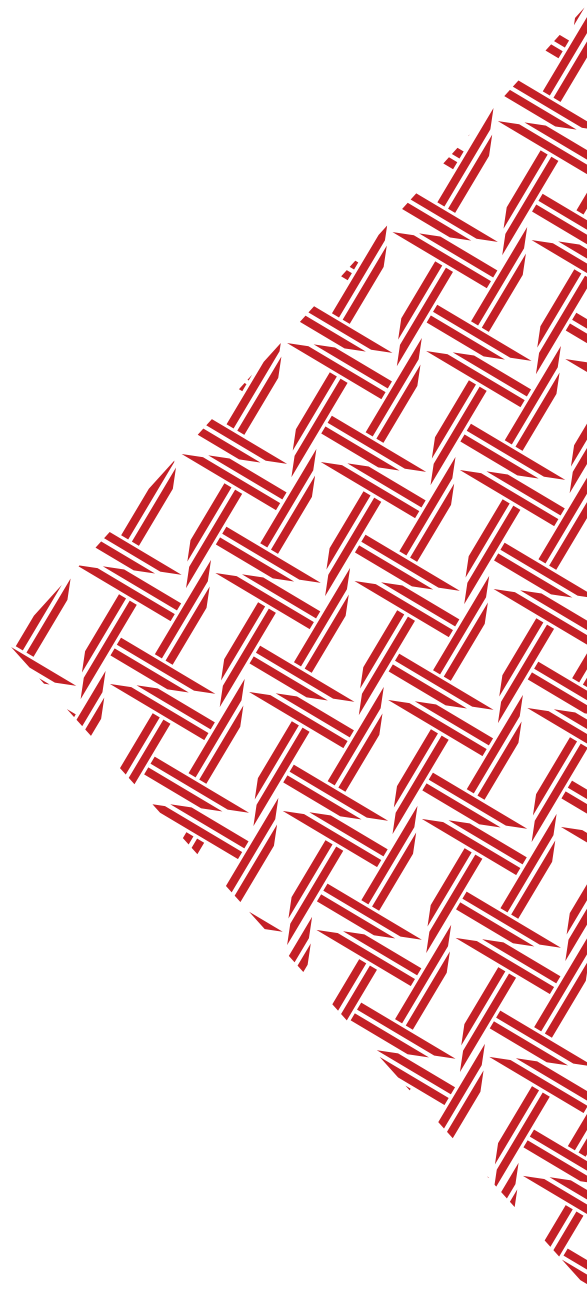
CRIMINAL



RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2017**

2ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

CRIMINAL



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradora-Geral da República

Raquel Elias Ferreira Dodge

Vice-Procurador-Geral da República

Luciano Mariz Maia

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Humberto Jacques de Medeiros

Ouvidora-Geral do Ministério Público Federal

Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Corregedor-Geral do Ministério Público Federal

Oswaldo José Barbosa Silva

Secretário-Geral

Alexandre Camanho de Assis

Secretária-Geral Adjunta

Cláudia Roque



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

2ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

CRIMINAL

BRASÍLIA
MPF
2018

© 2018 – Ministério Público Federal
Todos os direitos reservados ao Ministério Público Federal

Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/relatorios>>.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2.

Relatório de atividades 2017 / 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, Criminal.
– Brasília : MPF, 2018.

52 p.

Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/relatorios>>.

1. Ministério Público Federal – relatório. 2. Persecução penal – Brasil. 3. Procurador da república – poderes e atribuições – Brasil. I. Brasil. Ministério Público Federal. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, Criminal. II. Título.

CDDir 341.417

Elaborado por Juliana de Araújo Freitas Leão – CRB1/2596

2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Coordenadora

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Planejamento visual, revisão e diagramação

Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Normalização Bibliográfica

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C . CEP: 70050-900 - Brasília-DF

Tel: +55 61 3105.5100

www.mpf.mp.br

2ª Câmara de Coordenação e Revisão - Criminal

Titulares

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

Coordenadora

JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO

Subprocurador-Geral da República

JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ

Subprocurador-Geral da República

Suplentes

JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Subprocurador-Geral da República

FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA

Subprocurador-Geral da República

MARIA HELENA DE CARVALHO NOGUEIRA DE PAULA

Procurador Regional da República

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
SOBRE A 2ª CCR	10
Atribuições.....	10
Colegiado.....	10
Equipes de apoio.....	11
ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO	13
Enunciados e Orientações.....	14
Comissões, grupos de apoio, grupos de trabalho e forças-tarefa.....	14
Eventos.....	42
Projetos.....	44
Coordenação Interinstitucional.....	46
ATIVIDADES DE REVISÃO	48
ORÇAMENTO	50
PUBLICAÇÕES	52

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta ao público em geral e aos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público Federal as atividades desenvolvidas pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (2ªCCR) durante o ano de 2017. Constitui instrumento de transparência ao prestar contas das ações realizadas, bem como demonstra os resultados positivos e divulga as boas práticas adotadas.

O ano de 2017 foi marcado pela interlocução com órgãos parceiros visando à melhoria da persecução penal. O Núcleo de Coordenação em conjunto com a Secretaria Executiva estiveram à frente das iniciativas para que as reuniões ocorressem da forma mais satisfatória possível.

Quanto aos procedimentos encaminhados a título de revisão, buscou-se manter o acervo baixo, propiciado pelos enunciados e orientações, além da estratégia de se analisar os feitos mais antigos, cujos fatos poderiam ser alcançados pela prescrição.

Este relatório, portanto, demonstra que a 2ª CCR trabalhou de forma integrada e concatenada com os seus temas prioritários, o que permitiu contribuir positivamente com o Sistema de Justiça Criminal.

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 2ª CCR

1. SOBRE A 2ª CCR

1.1 Atribuições

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) é um órgão colegiado da Procuradoria-Geral da República (PGR), incumbido da coordenação e da revisão da atuação funcional dos membros do MPF na área criminal. No desempenho de suas atribuições, a 2ª Câmara tem como fim último concorrer para a realização da paz social, da justiça e da dignidade da pessoa humana.

A criação, a organização e as atribuições da 2ª Câmara encontram-se previstas na Lei Complementar nº 75/1993, arts. 58 a 62, no Regimento Interno do MPF (Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008), no Regimento Interno da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (Resolução CSM-PF nº 180, de 6 de fevereiro de 2018), e na Resolução nº 20, de 6 de fevereiro de 1996 (alterada pelas Resoluções CSMPF nº 23, de 23 de abril de 1996; nº 26, de 4 de junho de 1996; nº 31, de 27 de junho de 1997; nº 40, de 31 de março de 1998 e nº 119, de 4 de outubro de 2011 e nº 148, de 1º de abril de 2014).

1.2 Colegiado

Conforme estabelecido na Portaria PGR nº 433, de 13 de junho de 2016, compõe o colegiado da 2ª Câmara no biênio 2016-2018 os seguintes membros:

Titulares	
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	Coordenadora
Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho	Subprocurador-Geral da República
José Adonis Callou de Araújo Sá	Subprocurador-Geral da República
Suplentes	
José Bonifácio Borges de Andrada	Subprocurador-Geral da República
Franklin Rodrigues da Costa	Subprocurador-Geral da República
Maria Helena de Carvalho Nogueira de Paula	Procuradora Regional da República

Em 2018 houve alteração da composição do Colegiado. A Câmara recebeu o subprocurador-geral da República Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, que passou a integrar o Colegiado, na qualidade de suplente. A assunção ocorreu por meio da Portaria PGR nº 276, de 3 abril de 2018, em razão da substituição do subprocurador-geral aposentado Franklin Rodrigues da Costa.

1.3 Equipes de apoio

No ano de 2017, atuaram como integrantes das equipes de apoio da 2ª Câmara os seguintes servidores:

SECRETARIA EXECUTIVA

No ano de 2017, atuaram como integrantes das equipes de apoio da 2ª Câmara os seguintes servidores:

Secretário Executivo		Período
Márcia Noll Barboza	Procuradora Regional da República	Até 15 de setembro de 2017
Tulio Borges de Carvalho	Analista/ Apoio Jurídico	A partir de 16 de setembro de 2017

Nesse ano, tiveram lotação nas assessorias da Câmara, os seguintes servidores:

Assessoria de Revisão	
Tagore Pacheco Thomaz de Magalhães	Assessor de Revisão
Aline Figueiredo Nunes	Analista do MPU/ Direito
Camille Martins Mendonça	Analista do MPU/ Direito
Daniel de Medeiros Gangana	Analista do MPU/ Direito
Florencio Neto Palha Dias Neves	Analista do MPU/ Direito
Geraldo Barbosa Silva	Analista do MPU/ Direito
Gladys da Costa Vasconcelos Venturim	Analista do MPU/ Direito
Lúcio de Sousa Araújo Lira	Analista do MPU/ Direito
Marcella Alves Vilela	Analista do MPU/ Direito
Maria Graciete Nunes Martins	Analista do MPU/ Direito

Assessoria de Revisão

Nadir Lima da Silva	Analista do MPU/ Direito
Soraya Paula da Silva Boaventura Duarte	Analista do MPU/ Direito
Thiago Rodrigues de Alcântara Silva	Analista do MPU/ Direito
Victor Dechiqui Barbosa	Analista do MPU/ Direito

Assessoria de Coordenação

Valbene Mesquita de Moraes	Assessora de Coordenação
Bruno Rodrigues de Miranda	Técnico do MPU/ Administração
Dayse Siqueira de Melo Fraga	Técnico do MPU/ Administração
Francisco Gil Lorenzoni Júnior	Técnico do MPU/ Administração
Gisela Cabral Sampaio de Lacerda	Técnico do MPU/ Administração
Paulo Roberto Bastos Cortes	Técnico do MPU/ Administração
Rafael Soares Lima	Técnico do MPU/ Administração
Reginaldo de Souza Santos	Técnico do MPU/ Administração
Sara Francisco Almeida	Técnico do MPU/ Administração
Tacila Sanchez Ribeiro	Técnico do MPU/ Administração

Assessoria Administrativa

Daniele Flávia Oliveira	Assessora Administrativa
Ana Claudia de Souza Lopes	Técnico do MPU/ Administração
Andrea Paiva da Mota	Técnico do MPU/ Administração
Camila Viana Lima	Técnico do MPU/ Administração
Fausto Pereira Faria	Técnico do MPU/ Administração
José Guilherme Elias Batista	Técnico do MPU/ Administração
José Oscar Ferreira Filho	Técnico do MPU/ Administração
Juliana Gomes Madureira	Técnico do MPU/ Administração
Milene de Freitas Angelo	Técnico do MPU/ Administração
Ramon Ramos dos Santos	Técnico do MPU/ Administração
Rivanilde Xavier dos Santos Sato	Técnico do MPU/ Administração
Wilson Hirohito Kaipper	Técnico do MPU/ Administração

2. ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO

No ano de 2017, a 2ª Câmara executou as atividades de coordenação adotando como balizas os temas/eixos prioritários nacionais – lavagem de dinheiro, fraudes previdenciárias e pornografia infantil na internet –, e as correspondentes ações estratégicas aprovadas entre membros no XV Encontro Nacional, ocorrido em novembro de 2015, ratificadas na Sessão de Coordenação de 8 de agosto 2016, já com a nova composição do Colegiado.

Cabe observar que, com a renovação da composição da Câmara em junho de 2016, além da ratificação dos temas prioritários na sessão de 8 de agosto, foram acrescentados temas em que o Brasil tem compromissos internacionais, como trabalho escravo, tráfico de pessoas, crimes cometidos contra as comunidades indígenas e crimes cometidos na ditadura militar (Justiça de Transição).

Além disso, as atividades realizadas ao longo de 2017 refletiram as ações estratégicas e as iniciativas definidas na Reunião de Coordenadores Criminais realizada nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016. Dois eixos de ações surgiram como indispensáveis, a coordenação com as entidades parceiras para definição de estratégias e métodos operacionais comuns ou complementares e o aperfeiçoamento das práticas funcionais com auxílio das novas ferramentas desenvolvidas pela 2ª CCR.

Para tanto, a 2ª CCR contou com a atuação e a colaboração de comissões, grupos de apoio e grupos de trabalho, bem como buscou aprimorar a interlocução com órgãos externos por meio de reuniões que ocorreram ao longo de 2017.

O objetivo principal dessas atividades, portanto, foi melhorar a efetividade da persecução penal e contribuir com o Sistema de Justiça Criminal.

Destacam-se ainda entre as atividades de coordenação as sessões do Colegiado para deliberação sobre temas afetos à Câmara. Em 2017, foram realizadas 20 sessões de coordenação, registradas nas atas das Sessões 124ª a 143ª, todas disponíveis na página eletrônica da Câmara (<http://2ccr.pgr.mpf.mp.br>).

2.1 Enunciados e Orientações

Em 2017, com fundamentos nas hipóteses previstas na Resolução CNMP nº 174 de 4 de julho de 2017, a Câmara alterou a redação dos Enunciados nºs 35 e 36 e revogou o Enunciado nº 34, conforme deliberação na 138ª Sessão de Coordenação, de 25 de setembro de 2017.

Nesse ano também foram aprovadas as seguintes orientações:

- Orientação nº 31, sobre a contratação de operação de crédito com garantia de alienação fiduciária de veículo automotor.
- Orientação nº 32, sobre pedidos de execução provisória da pena pelos membros do Ministério Público Federal de primeiro grau.
- Orientação nº 33, sobre a defesa da tese de que o acórdão confirmatório da condenação interrompe o prazo prescricional.

O Colegiado também deliberou na 143ª Sessão de Coordenação pela alteração da Orientação nº 10, que versa sobre o *Modus Operandi* das Fraudes com Títulos Públicos Brasileiros e Outros Créditos detectadas pela Secretaria da Receita Federal.

A íntegra dos enunciados e orientações pode ser acessada no endereço eletrônico da 2ª Câmara, nos links: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/enunciados>> e <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/orientacoes>>.

2.2 Comissões, grupos de apoio, grupos de trabalho e forças-tarefa

2.2.1 Comissão Permanente de Gestão e Implementação de *Business Intelligence* (CPGI-BI)

A Comissão Permanente de Gestão e Implementação de Projetos de *Business Intelligence* (BI), vinculada às 2ª e 5ª Câmaras, foi criada por meio da Portaria nº 177/2015 para gerenciar e aprimorar os trabalhos de BIs já implementados, disseminar suas potencialidades, propor aplicações a serviço da efetividade da persecução penal e analisar os dados extraídos dos relatórios gerados.

Em 2017, integraram a referida comissão os membros Ana Luísa Chiodelli von Mengden (coordenadora), George Neves Lodder, Renata Ribeiro Baptista (representante da 5ª CCR) e Roberto Antonio Dassié Diana.

Foram realizadas três reuniões presenciais pelos integrantes da CPGI-BI durante o ano de 2017: a primeira no dia 24 de janeiro, reunião conjunta com o GT Utilidade; a segunda, em 25 de janeiro e a terceira nos dias 7 e 8 de março, conforme as atas enviadas para a Secretaria da 2ª CCR.

Tais eventos de trabalho tiveram como propósito definir parâmetros e especificar filtros de busca para os relatórios de movimentação, que seriam divulgados na sequência, bem como para o BI Indicadores de Resultados. Em todos os projetos de BI desenvolvidos foi acrescido o filtro para os crimes próprios da 5ª CCR.

Os relatórios de movimentação foram divulgados em formato PDF, encaminhados no mês de maio a cada um dos escritórios criminais, relativamente à atuação judicial e extrajudicial por ofício, unidade, 1ª e 2ª instâncias e da PGR.

Acrescente-se que, em agosto de 2017, restou encaminhado à 2ª CCR relatório extraído do BI sobre Indicadores de Resultados, considerando a atuação na área criminal de 2014 a 2016, em formato comparativo.

2.2.2 Comissão de Teses Recursais

A Comissão de Estudos sobre Teses Recursais foi criada na Câmara conforme deliberação da 129ª Sessão de Coordenação, de 22 de maio de 2017, para a partir dos temas estabelecidos pela 2ª Câmara de Coordenação e outros considerados prioritários definir itens de ação coordenada e a defesa de teses relevantes perante o Poder Judiciário.

Em 2017, foram realizadas duas reuniões presenciais pelos integrantes da Comissão. A primeira ocorreu no dia 13 de junho e a segunda em 31 de agosto de 2017, conforme atas remetidas à Secretaria da 2ª CCR. As tarefas propostas foram devidamente cumpridas, restando pendente de exame o projeto de resolução sobre o papel dos coordenadores criminais nas unidades, bem como a reunião de elementos sobre manifestação em segunda instância como garantia do duplo grau de jurisdição, tarefas 2 e 7 da segunda ata de reunião. Destaca-se o aco-

lhimento, pelo Colegiado da 2ª CCR, de duas das três propostas de orientação encaminhadas pela comissão, quais sejam, a de nº 32 – sobre pedidos de execução provisória da pena pelos membros do MPF em primeiro grau, e 33 – sobre a defesa da tese de que o acórdão confirmatório da condenação interrompe o prazo prescricional.

2.2.3 GT Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal

Esse grupo, de grande contribuição à reflexão de temas estratégicos, foi constituído em 27 de maio de 2014, por meio da Portaria nº 137. Posteriormente, por sua relevância, passou a ser bicameral com a participação da 5ª CCR (Portaria Conjunta nº 4, de 19 de agosto de 2016, complementada pela Portaria nº 6, de 20 de setembro de 2016, que nomeou novos membros).

Em 2017, integraram o GT os seguintes membros: Carlos Augusto Cazarré, Cibele Benedites Guedes da Fonseca, Daniel Azevedo Lôbo, Felipe Augusto de Barros Carvalho Pinto, Jessé Ambrósio dos Santos, Luís Wanderley Gazoto, Rafael Antônio Barreto dos Santos, Roberto Farrah Torres (coordenador) e Yuri Correa da Luz.

Em 2017, foram realizadas duas reuniões presenciais na 2ª CCR. Na primeira reunião, entre os temas discutidos houve a definição de atuação conjunta com a Comissão de *Business Intelligence* (BI), destacando-se as seguintes atividades: (I) levantamento/análise de dados sobre temas prioritários e proposição de estratégias (como contribuição aos GTs específicos); (II) projetos de saneamento (identificação do acervo de cada ofício e estabelecimento de metas); (III) implementação de projeto-piloto de ofício com atuação a partir de plano de trabalho anual – projeto-piloto de gestão estratégica do ofício; (IV) consolidação de diretrizes (*guidelines*) sobre arquivamento, publicação de coletânea de artigos, entre outros produtos; e (V) coordenação interinstitucional (alinhamento de agendas e de métodos operacionais, incluindo articulação para evitar atuações desnecessárias).

2.2.4 Grupo de Apoio de Combate à Escravidão Contemporânea (Gacec)

O Grupo de Apoio de Combate à Escravidão Contemporânea foi criado em 2016 a partir da reestruturação do antigo Grupo de Trabalho sobre Escravidão Contemporânea, criado pela Portaria nº 56, de 6 de novembro de 2012 e prorrogado pela última vez em 14 de agosto de 2017, na 135ª Sessão de Coordenação. O Conselho Superior do MPF autorizou a atuação dos inte-

grantes do Gacec no Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, por meio da Portaria nº 1.208, de 16 de novembro de 2017.

Em 2017, integraram o Gacec os procuradores regionais da República Adriana Scordamaglia Fernandes, João Francisco Bezerra de Carvalho, Márcio Barra Lima, Paulo Taubemblatt, Rosane Cima Campiotto e Stella Fátima Scampini; e os procuradores da República Ana Carolina Alves Araújo Roman, Ana Fabíola de Azevedo Ferreira, Antônio Marcos da Silva de Jesus, Douglas Santos Araújo, Edmilson da Costa Barreiro Júnior, Felipe Valente Siman, Flávio Pereira da Costa Matias, Indira Bolsoni Pinheiro, José Ricardo Teixeira Alves, Juliana de Azevedo Santa Rosa Camara, Lucas Aguilar Sette, Lucas Horta de Almeida, Ludmila Bortoleto Monteiro, Luiz Gustavo Mantonvani, Márcio Andrade Torres, Melina Tostes Haber, Natália Lourenço Soares, Onésio Soares do Amaral, Paulo Henrique Ferreira Brito, Paulo Roberto Sampaio Santiago, Renan Paes Felix, Robson Martins, Samir Nacheff e Victor Manoel Mariz.

O Gacec, com a nova formação, unificou a parte doutrinária com o aspecto prático. Teve por objetivo principal discutir experiências e estratégias de combate ao trabalho escravo rural e urbano. É responsável também por elaborar estratégias de inteligência e coordenação interinstitucional visando à identificação de focos de trabalho escravo, bem como planejar operações de fiscalização e constatação, de modo a assegurar os enfoques necessários à persecução efetiva do crime previsto no art. 149 do Código Penal. Ademais, realiza compilação de dados com a finalidade de verificar onde estão os gargalos e as eventuais falhas para melhorar a punição desse tipo de delito.

A atividade de apoio e participação dos membros integrantes do Gacec nas operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho é regida pela Instrução de Serviço 2CCR/MPF nº 02, de 12 de dezembro de 2016, aprovada pelo Colegiado na 123ª Sessão de Coordenação.

Entre os anos de 2014 e 2017, o Ministério Público Federal participou de 42 (quarenta e duas) operações, sendo certo que essa atuação ministerial só vem aumentando com o passar do tempo. Em 2017 foram 11 (onze) participações.

É importante ressaltar que essa participação permite que o procurador saia do gabinete e veja in loco a realidade do trabalhador, ou seja, constate na prática o que realmente consiste o trabalho em condições análogas às de escravo, desse modo sensibilizando-se, o que, por consequência, melhora e agiliza a colheita do material probatório. Ressalte-se, também, que, com a

melhora na produção e na colheita da prova, há uma denúncia mais bem elaborada e agilidade na tramitação do processo, com o apoio do procurador que vai a campo ao procurador natural do feito. Assim, impede-se uma colheita de prova deficitária ou com perda de qualidade pelo decurso do tempo.

No ano de 2017, o MPF participou de 11 (onze) operações, conforme descrito no quadro a seguir:

Local	Membro	Data
Rio Branco/AC	Adriana Scordamaglia	7 a 11/2/17
Miranorte/TO	Adriana Scordamaglia	28/3 a 1/4/17
Tabaporã/MT	Adriana Scordamaglia	18 a 22/4/17
Umuarama/PR	Renan Paes Felix	22 a 26/5/17
Imperatriz/MA	Paulo Henrique Ferreira Brito	20 a 24/6/17
Almenara/MG	Felipe Valente Siman	04 a 14/7/17
Prainha/PA	Adriana Scordamaglia	12 a 23/8/17
Vargem Grande/MA	Lucas Horta de Almeida	11 a 22/9/17
Florianópolis/PI	João Francisco Bezerra de Carvalho	26/9 a 6/10/2017
Camocim/CE	Paulo Roberto Sampaio Santiago	6 a 17/11/17
Macapá/AP	Adriana Scordamaglia	27/11 a 8.12.17

É importante acrescentar que essa atuação multidisciplinar e pluri-institucional não só desburocratiza o trabalho realizado mas também faz com que seja absorvido o que outras instituições de combate ao trabalho escravo fazem. Nas missões práticas, portanto, as decisões do Gacec são coletivas e pautadas no respeito mútuo entre as instituições que o compõe.

2.2.5 Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri (GATJ)

O grupo foi criado por deliberações do Colegiado ocorridas nas 104ª e 105ª Sessões de Coordenação, ambas de 2016.

Em 2017, as atividades foram prorrogadas por mais um ano, conforme deliberação do Colegiado na 127ª Sessão de Coordenação, de 20 de março de 2017, e Portaria PGR/MPF nº 366, de 3 de maio de 2017.

Nesse ano, os seguintes membros compuseram o grupo: Alcides Martins, Aldo de Campos Costa, Alexandre Schneider, Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Júnior, Anderson Vagner Gois dos Santos, Antônio Edílio Magalhães Teixeira, Bruno Costa Magalhães, Cláudio Alberto Gusmão Cunha, Edmilson da Costa Barreiros Júnior, Fabricio Carrer, Felipe Almeida Bogado Leite, Fernanda Alves de Oliveira, Fernando José Aguiar de Oliveira, Filipe Andrios Brasil Siviero, Galatiênio da Cruz Paulino, Gustavo Torres Soares, Hebert Reis Mesquita, Henrique Han Martins de Menezes, Rafael Paula Parreira Costa, Ricardo Pael Ardenghi, Robson Martins, Samir Cabus Nacheff Junior, Ubiratan Cazetta e Vladimir Barros Aras.

A atividade de apoio e participação dos membros integrantes no GATJ é regida pela Instrução de Serviço 2CCR/MPF nº 03, aprovada na 134ª Sessão de Coordenação de 31 de julho de 2017.

No ano de 2017, foram 18 (dezoito) pedidos de auxílio ao GATJ conforme quadro a seguir:

Nº	Membro solicitante	Membro designado	Processo	Resultado
1	Angelo Giardini de Oliveira	Bruno Costa Magalhães	0011353-84.2001.4.01.3800	Apoio ao júri dispensado.
2	Vinícius Alexandre Fortes de Barros	Ricardo Pael Ardenghi	00.00.00.00133-3	Condenação a pena de 14 anos e 3 meses, inicialmente em regime fechado de reclusão.
3	Wilson Rocha Fernandes Assis	Rafael Paula Parreira Costa	5321-69.2010.4.01.3502	Condenação a pena de 7,5 anos em regime semiaberto por tentativa de homicídio duplamente qualificado. A defesa recorreu em plenário. Processo remetido para TRF1.
4	Daniela Batista Ribeiro	Bruno Costa Magalhães	5495-13.2017.4.01.3800	Em fase de acompanhamento de investigações.
5	Ana Paula Fonseca de Góes Araújo	Rafael Paula Parreira Costa	914-89.2016.4.01.3508	Condenação a pena de 11 anos e 6 meses de reclusão em regime fechado, cada um, por tentativa de homicídio (art. 121, <i>caput</i> , do Código Penal) contra três policiais rodoviários federais; porte de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei nº 10.826/2003) e associação criminosa (art. 288 do Código Penal).
6	Leandro Bastos Nunes	Samir Cabus Nacheff	1903-54.2009.4.01.3310	Absolvição.

Nº	Membro solicitante	Membro designado	Processo	Resultado
7	Gustavo Henrique Oliveira	Vladimir Barros Aras, Alexandre Schneider, Bruno Costa Magalhães, Gustavo Torres Soares e Ricardo Pael Ardenghi	2725-15.2016.4.01.3822	Em fase de acompanhamento de investigações.
8	Carlos Henrique Macedo Bara	Vladimir Barros Aras, Alexandre Schneider e Henrique Han Martins de Menezes	5005926-97.2016.404.7005	Em fase de acompanhamento de investigações.
9	Carlos Alberto Szpoltz	Gustavo Torres Soares	5001448-28.2011.4.04.7003	Em fase de acompanhamento de investigações.
10	Alisson Nelício Cirili Campos	Ricardo Pael Ardenghi	1998.36.00.006487-5	Em fase de acompanhamento de investigações.
11	Emanuel de Melo Ferreira	Vladimir Barros Aras, Alexandre Schneider, Henrique Han, Samir Cabus Nachef	0000036-87.2017.4.05.8401 IPL 151/2017	Em fase de acompanhamento de investigações.
12	Aécio Mares Tarouco	Vladimir Barros Aras, Alexandre Schneider, Henrique Han, Samir Cabus Nachef	0001882-81.2013.4.05.8401 IPL 703/2013	O Conselho de Sentença, respondendo ao questionário proposto, CONDENOU os 4 réus, já qualificados nos autos do processo, nas penas dos arts. 121, §2º, incisos II, III, e IV; 211; 347, parágrafo único; e 288, todos do Código Penal. As penas ficaram estabelecidas entre 1 ano e 4 meses e 28 anos de reclusão, sem o direito de recorrer em liberdade.
13	Eduardo Rodrigues Gonçalves	Rafael Paula Parreira Costa	0001107-30.2013.4.03.6006	Em fase de acompanhamento de investigações.
14	Leticia Carapeto Berndt	Gustavo Torres Soares	5004459-38.2016.4.04.7117	Em fase de acompanhamento de investigações.
15	Melina Tostes Haber	Gustavo Torres Soares	0003812-75.2017.403.6130	Em fase de acompanhamento de investigações.
16	Mario Alves Medeiros	Vladimir Barros Aras e Rafael Paula Parreira Costa	NF 1.16.000.003147/2017-92	Em fase de acompanhamento de investigações.

Nº	Membro solicitante	Membro designado	Processo	Resultado
17	Leticia Carapeto Benrdt	Gustavo Torres Soares	5003920-38.2017.4.04.7117	Condenação de oito réus a penas que variaram entre quinze e vinte e sete anos de reclusão, todas em regime fechado (a promotora natural do feito pretende apelar, para que sejam aumentadas as penas impostas).
18	Pablo Luz de Beltrand	Edmilson da Costa Barreiros Júnior e Alexandre Schneider	JF-TAB/AM-0000591-98.2017.4.01.3201	Em fase de acompanhamento de investigações.

2.2.6 Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro (Gald)

O Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro (Gald) foi proposto pela 2ª CCR e criado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal em sua 6ª Sessão Ordinária, realizada no dia 2 de agosto de 2016.

Em 2017, o grupo foi integrado pelos seguintes membros: Carla Verissimo de Carli, Carlos Alberto Gomes de Aguiar, Gustavo Pessanha Velloso, Uendel Domingues Ugatti, Anamara Osorio Silva, Andrey Borges de Mendonça, Eduardo Ribeiro Gomes El-Hage, Marcelo Ribeiro de Oliveira, Rodrigo de Grandis e Vanessa Cristhina Marconi Zago Ribeiro Scarmagnani.

As atividades do grupo são regidas pela Instrução de Serviço 2ª CCR nº 1/2016, de 13 de outubro de 2016, aprovada nessa data por ocasião da 119ª Sessão de Coordenação.

Nesse mesmo ano, após deliberação da Câmara, as atividades do grupo foram prorrogadas pelo CSMPF por 1 ano a partir de 30 de outubro de 2017.

O grupo prestou auxílio aos seguintes casos:

- 1) Operação Hefesta (São Bernardo do Campo), auxílio prestado pelo procurador da República Marcelo Ribeiro de Oliveira: avaliação de tipologias de lavagem e qual o melhor momento de enviar para a Vara Especializada em Lavagem de Dinheiro.
- 2) Caso Bellaviana – caso em andamento, avaliação do caso. Auxílio prestado pelo procurador da República Marcelo Ribeiro de Oliveira.

- 3) Caso Rosa dos Ventos (Campinas). Operação em andamento. Auxílio prestado pela procuradora regional da República Carla Veríssimo, avaliação inicial e auxílio para redação de denúncia.

2.2.7 Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética (Gacc)

O Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética (Gacc) foi criado no âmbito da 2ª Câmara inicialmente como Grupo de Trabalho de Combate aos Crimes Cibernéticos no ano de 2011. Em 2017, na 126ª Sessão de Coordenação, realizada em 6 de março de 2017, as atividades do grupo foram prorrogadas e o GT foi transformado em Grupo de Apoio.

Nesse período, integraram o Gacc os seguintes membros: Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira (coordenadora), Priscila Costa Schreiner, Ângelo Roberto Ilha da Silva, Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Júnior, Bruno Alexandre Gütschow, Fernanda Teixeira Souza Domingos (coordenadora adjunta), Guilherme Gopfert, Helder Magno da Silva, Janice Agostinho Barreto Ascari, Jaqueline Ana Buffon, Márcia Noll Barboza, Márcio Barra Lima, Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva e Paulo Gomes Ferreira Filho.

Nesse ano, o grupo desenvolveu as seguintes atividades:

I. Apresentação de notas técnicas

O Grupo elaborou Nota Técnica em janeiro de 2017, redigida pela coordenadora do Grupo, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, e pelas procuradoras Fernanda Domingos, Melissa Blagitz e Priscila Schreiner, para subsidiar discurso do procurador-geral da República no Fórum Mundial de Davos, em 18 de janeiro de 2017, sobre "A Parceria Público-Privada no Combate aos Crimes Cibernéticos".

Em 6 de dezembro de 2017, o grupo elaborou Nota Técnica sobre o PL nº 169/2017 de iniciativa do Senado Federal, e redigida por sua coordenadora, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, em conjunto com o procurador regional da República Vladimir Aras, e que pretende alterar dispositivos da Lei nº 12.965/2014.

O Gacc elaborou também a Nota Técnica sobre a ADC 51/STF, em 11 de dezembro de 2017, redigida por sua coordenadora adjunta, em conjunto com a procuradora da República Melissa Blagitz (essa a distância, nos EUA) para subsidiar a atuação do subprocurador-geral da República Paulo Gonet Branco, da Secretaria da Função Constitucional da PGR, nos autos da ADC 51/STF, que visa obrigar todas as autoridades de *Law Enforcement* no Brasil a só obterem dados de conteúdo de provedores de serviço de internet mediante os procedimentos do Mutual Legal Assistance Treaty (MLAT) – Decreto nº 3.810/2001).

II. Participação dos membros do grupo em eventos nacionais relacionados ao combate aos crimes cibernéticos e palestras realizadas

- Nos dias 26 e 27 de janeiro, ocorreu a primeira reunião presencial do Grupo no ano, no âmbito da Oficina de trabalho "Crimes Cibernéticos", em que foram apresentados vários temas objeto do referido Grupo e contou com a participação de 2 técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia e apresentação da servidora Adriana Shimabukuro sobre Deep Web.
- No dia 7 de fevereiro, houve a participação de membros do Gacc no *Saferinternet Day* realizado no Comitê Gestor da Internet (CGI) em São Paulo, com apresentação pela coordenadora de painel sobre as oficinas do Projeto Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas e participação das procuradoras Fernanda e Priscila em painéis do evento.
- No dia 9 de fevereiro, ocorreu a assinatura do Convênio Técnico e Operacional com a ONG Safernet que disponibiliza ao MPF o acesso à base de dados do site <<http://www.denunciar.org.br>>.
- No dia 20 de março, a procuradora Jaqueline Buffon reuniu-se com representante do Serviço Social da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, a fim de discutir acerca do projeto "Justiça Restaurativa".
- Entre os dias 27 e 29 de março, a coordenadora do Grupo, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, e o membro do GA, o procurador da República Guilherme Gopfert, participaram do Curso Jurídico da Escola de Governança da Internet no Brasil, promovido pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br), em Brasília/DF.

- No dia 29 de março, a procuradora Jaqueline Buffon reuniu-se com a direção do Foro da Justiça Federal do Rio Grande do Sul para tratar do projeto de implementação da "Justiça Restaurativa", no âmbito federal, relativa aos condenados em crimes de pornografia infantil.
- De 3 a 7 de abril, a coordenadora do Grupo, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, proferiu a palestra "Atuação do Ministério Público no Combate a Crimes Cibernéticos", no *South School on Internet Governance (SSIG 2017)*, na FGV, Rio de Janeiro/RJ.
- No dia 4 de abril, a procuradora Jaqueline Buffon reuniu-se com representante da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul para tratar de projetos de educação digital destinados àquela Fundação.
- No dia 10 de abril, a procuradora Jaqueline Buffon reuniu-se com os procuradores do Núcleo Criminal Residual a fim de discutir ações sobre o projeto "Justiça Restaurativa", implementado na Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Reflexos nos processos de execução criminal estão em andamento.
- No dia 11 de abril, a assessora técnica do NTCCC/SP Adriana Shimabukuro visitou o "Advanced Technology Labs" da empresa Microsoft para conhecer as principais ferramentas de combate aos crimes cibernéticos desenvolvidas pela empresa.
- O laboratório "Advanced Technology Labs" foi instalado na cidade do Rio de Janeiro e a visita resultou em um procedimento que visa à assinatura de um convênio do MPF com a Microsoft para futuras ações e pesquisas no desenvolvimento de aplicações para o combate aos crimes cibernéticos.
- No dia 17 de abril, a procuradora Jaqueline Buffon esteve no Centro Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Ministério Público Estadual (Ceaf) para organização do Curso sobre Crimes Cibernéticos a vários operadores do Direito (JE, JE, MPE, MPE, PE, PE).
- No dia 15 de maio, a procuradora Jaqueline Buffon ministrou palestra no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sobre a campanha "Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Problema É Nosso! Denuncie!", campanha da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude em parceria com o Ministério Público Federal, Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado, Polícia Civil e OAB/RS.

- De 15 a 19 de maio, a procuradora Jaqueline Buffon realizou reuniões para organização da 1ª Edição do Projeto "Segurança Digital: O MPF Vai Até Você".
- No dia 17 de maio, a procuradora Fernanda Domingos ministrou palestra virtual (webinar) "A experiência brasileira em obter provas virtuais" (*The Brazilian experience obtaining internet evidence*) para a International Association of Prosecutors (IAP).
- No dia 19 de maio, a procuradora da República Jaqueline Buffon proferiu a palestra: "Educação Digital como Prevenção no Ciberespaço", durante o Seminário "Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Problema É Nosso Denuncie", no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
- No dia 21 de maio, houve execução do Projeto Educação Digital "Segurança Digital: O MPF Vai Até Você". Em uma ação de cidadania e prevenção criminal, o Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul (MPF/RS) esteve presente no Parque Farroupilha em Porto Alegre/RS, com espaço especial. O objetivo foi lançar um alerta sobre a importância da prevenção do cibercrime, além de divulgar orientações para adultos, adolescente e crianças.
- No dia 24 de maio, a procuradora Jaqueline Buffon reuniu-se com a procuradora-chefe para discutir sobre o Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos, sua estrutura e dificuldades enfrentadas pela falta de técnicos de Informática.
- No dia 5 de junho, foi realizada no Colégio Dante Alighieri/SP, para pais e docentes, a palestra "Internet Segura" pela procuradora da República Fernanda Teixeira Domingos e pela servidora Adriana Shimabukuro, abordando perigos dos Crimes Cibernéticos e as principais ferramentas de controle parental existentes no mercado.
- No dia 8 de junho, a coordenadora do Grupo, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, ministrou a palestra "Atuação do Ministério Público no Combate a Crimes Cibernéticos", no evento Confiança no Ambiente Digital: os Desafios da Segurança Cibernética na Estratégia Digital Brasileira, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília/DF.
- Em 9 de junho, foi realizado curso sobre crimes cibernéticos, ministrado pela procuradora da República Jaqueline Buffon aos membros e servidores da PRR4 e da PR/RS.

- No dia 29 de junho, foi realizada a palestra "Internet Segura" pelas procuradoras da República Priscila Schreiner, Fernanda Domingos e a servidora Adriana Shimabukuro, no auditório da PR/SP para membros e servidores.
- No dia 3 de agosto, foi realizada palestra sobre "Darknet" no curso de "Efetividade da Persecução Penal na Sociedade Cibernética", no Auditório II da Escola Superior do Ministério Público da União, pela servidora Adriana Shimabukuro, a convite do ESMPU.
- No dia 4 de agosto, foi realizada a palestra "O Ministério Público como agente de desenvolvimento social na resolução de Crimes Cibernéticos" pela servidora Adriana Shimabukuro, a convite do CNMP. Na mesma data, foi realizada reunião entre a procuradora Jaqueline Buffon e a direção do Foro da Subseção Judiciária do Rio Grande do Sul, para tratar da "Formação em Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção da Paz".
- De 21 a 25 de agosto, houve a participação da procuradora da República Jaqueline Buffon no Curso de Formação de Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção da Paz.
- No dia 28 de agosto, a assessora técnica do NTCCC/SP Adriana Shimabukuro ministrou palestra sobre Crimes Cibernéticos para alunos da Faculdade de Direito da USP, a convite da professora Juliana Maranhão.
- Em 1º de setembro, foi ministrada palestra pela coordenadora adjunta Fernanda Domingos: "Decifrando a Criptografia: um debate sobre Segurança e Liberdade na Internet", no 23º Seminário Internacional de Ciências Criminais (IBCCRIM), em São Paulo-SP.
- Em 12 de setembro, a coordenadora do grupo, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, ministrou palestra sob o título: "Atuação do MP no Combate aos Crimes Cibernéticos", no Seminário sobre Crimes Cibernéticos e Perícia Digital no auditório JK, na PGR, Brasília-DF.
- Nos dias 11 a 14 de setembro, foi realizado no auditório da PR/SP o curso da OEA sobre o uso da internet para fins terroristas. O evento teve a participação de autoridades da Interpol, Guarda Civil Espanhola, Polícia Nacional da Colômbia, da TrendMicro e do Citibank, no MPF/SP.

- Em 6 de outubro, houve a palestra da procuradora da República Jaqueline Buffon no XX Encontro Internacional de Educação, em Santa Cruz do Sul.
- Em 19 de outubro, a procuradora da República Jaqueline Buffon reuniu-se com a procuradora-chefe para discutir sobre a estrutura do Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos do RS.
- Em 2 de novembro, houve a participação das procuradoras da República Jaqueline Buffon e Priscila Schneider, como debatedoras, no Painel de Clóvis de Barras Filho, no 34º Encontro Nacional de Procuradores da República.
- No dia 7 de novembro, a coordenadora, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, e a coordenadora adjunta, Fernanda Teixeira Souza Domingos, participaram de um painel sobre Criptografia no Facebook e no WhatsApp, no qual a coordenadora ministrou palestra. O evento, voltado para autoridades policiais e membros do MPF e MPDFT, foi organizado pela Secretaria de Cooperação Internacional na PGR, em Brasília-DF.
- No dia 9 de novembro, a procuradora Jaqueline Buffon ministrou palestra no município de Teutônia/RS, sobre atitudes de prevenção ao usar as redes sociais, bem como participou de reunião inicial com todos os secretários de Educação dos municípios do Vale do Taquari, em Encantado/RS, referente ao Projeto "Mundo Digital: Dialogando sobre Uso Ético, Seguro e Responsável".
- Dia 16 de novembro, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) organizou o VII Fórum da Internet no Brasil, e a coordenadora, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, palestrou sobre o projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas", no Rio de Janeiro-RJ.
- No mesmo dia 16 de novembro, a procuradora Jaqueline Buffon reuniu-se com médico psiquiatra para tratar de possível convênio entre o MPF/RS e a Associação dos Psiquiatras do Rio Grande do Sul, no que tange ao atendimento dos servidores que atuam na análise e no combate à pornografia infantil no Nacc/RS, e com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, para apresentação do "Projeto Mundo Digital", relativo ao Vale do Taquari, e solicitação de parceria, em Porto Alegre-RS.

- Em 24 de novembro, foi ministrado curso sobre crimes cibernéticos pela procuradora Jaqueline Buffon e pela servidora Adriana Shimabukuro aos membros e servidores da PRR4 e PR/RS, na PR/RS.
- Em 27 de novembro, foi ministrado curso sobre crimes cibernéticos pela procuradora Jaqueline Buffon, no Curso de Formação Inicial do Concurso para Ingresso na Magistratura do RS.
- No dia 28 de novembro, a assessora técnica do NTCCC/SP, Adriana Shimabukuro, participou do treinamento "Investigação de Bitcoins" realizado no Consulado-Geral dos Estados Unidos e realizado pelo Escritório de Segurança Regional Investigações Arco-1 – São Paulo-SP.
- No dia 3 de dezembro, houve a 2ª Edição do Evento Projeto "Segurança Digital: O MPF Vai Até Você", realizado no Parque Farroupilha, com distribuição de fôlderes e conversa com a população sobre as questões de segurança digital. Houve TV com vídeos educativos e trabalhos com crianças, bem como participação da procuradora Jaqueline Buffon e de mais sete servidores do MPF, em Porto Alegre-RS.
- No mesmo dia 3 de dezembro, houve intervenção urbana – decoração de pórticos de concreto, na orla do Estuário Guaíba, no bairro Ipanema, em Porto Alegre/RS, com cartazes decorativos relacionados à segurança digital, produzidos pelos educandos e educadores da E. M. E. F. Professor Anísio Teixeira, com disponibilização de panfletos e materiais informativos sobre o tema e diálogo com a comunidade que passeava pelo local.

III. Participação em vários grupos de discussão, entrevistas concedidas e artigos científicos

- Entrevista concedida pela coordenadora, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, no dia 22 de fevereiro, para o Programa Interesse Jurídico do CNJ e, no dia 27 de julho, para a TV MultiRio da Prefeitura do Rio sobre *Cyberbullying*. Entrevistas concedidas pela procuradora Jaqueline Buffon, nos dias 19 e 21 de maio, para o Programa Justiça Gaúcha da UNI-TV (Justiça Estadual) e, no dia 24 do mesmo mês, para o Programa Interesse Público, da TV Justiça.

- Artigo Científico escrito pela procuradoras Fernanda Domingos e Priscila Schreiner com o título "Obtenção de Provas Digitais e Jurisdição na Internet" para o *Caderno de Estudos da Escola da Magistratura (Emag)* do TRF3. Artigo científico escrito pela servidora Adriana Shimabukuro com o Título "Cibercrime: quando a tecnologia é aliada da lei" para o *Caderno de Estudos da Escola da Magistratura (Emag)* do TRF3.
- A coordenadora adjunta, Fernanda Teixeira Souza Domingos, participou, a convite, por videoconferência, pela ferramenta Zoom, de 7 reuniões com membros de agências de *Law Enforcement*, representantes de empresas de internet e de telefonia, bem como de associações civis defensoras dos direitos humanos, notadamente sobre liberdade de expressão e privacidade, de todos os continentes, além de representantes do Conselho da Europa, Unesco, ICANN, OECD e Comissão Europeia, do Grupo de Discussão Dados e Jurisdição, a fim de discutir e elaborar documento que reflita as dificuldades e os pontos de convergência, bem como possíveis soluções para facilitar a obtenção de provas digitais na internet, quando isso envolver diferentes jurisdições. Esse documento reunirá opções de políticas passíveis de adoção, bem como as discussões que se derem no âmbito do Projeto Internet & Jurisdiction, as quais têm o suporte das instituições mencionadas, entre outras. Note-se que a procuradora Melissa Blagitz participou de duas reuniões mais específicas sobre jurisdição na internet.
- Membros do Gacc participaram dos grupos de discussão, via WhatsApp e Telegram: GT Cyber (com membros dos MPEs); Budapeste (membros do GA e da SCI) e Treinamento Facebook (coordenação, membros Jaqueline Buffon, Melissa Blagitz, Priscila Schreiner e Fernanda Domingos e a servidora Adriana Shimabukuro, como coordenadora do NTCCC da PR/SP). Criado o grupo no Telegram sobre a ADC 51/STF, do qual participam a coordenadora, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, a coordenadora adjunta, Fernanda Teixeira Souza Domingos, e o membro Priscila Schreiner.
- A procuradora Jaqueline Buffon recebeu o 1º lugar no Prêmio República – ANPR – Brasília/DF pela organização do trabalho do MPF na Operação DarkNet, em 2016.
- No dia 10 de dezembro, a procuradora Jaqueline Buffon concedeu entrevista à Rádio Gaúcha sobre crimes cibernéticos e prevenção no mundo digital.

IV. Participação de membros do GT em eventos internacionais relacionados ao combate aos crimes cibernéticos

- De 24 a 28 de abril, a procuradora Jaqueline Buffon proferiu as palestras: "O Papel do Ministério Público Brasileiro na Instrução Preparatória" e "A Experiência do Brasil no Combate aos Crimes Informáticos", no bojo do evento Comemorações do 38º Aniversário da Institucionalização da Procuradoria-Geral da República de Angola, realizado em Luanda – Angola.
- Nos dias 1º e 2 de junho, participação das procuradoras Jaqueline Buffon e Priscila Schreiner na Conferencia Regional de Fiscales Especializados em Delito Cibernético, em Buenos Aires – Argentina.
- No dia 12 de junho, a assessora técnica do NTCCC/SP Adriana Shimabukuro participou de treinamento na sede da Interpol na cidade de Lyon/França, que abordou crimes sexuais contra crianças e a base de dados ICSE-Interpol a que o MPF possui acesso para consulta.
- Nos dias 13 a 16 de junho, a assessora técnica Adriana Shimabukuro participou de reuniões no Inhope na cidade de Budapeste, Hungria, onde foram debatidas e expostas estatísticas de criminalidade cibernética contra crianças no mundo.
- Nos dias 22 a 24 de agosto, a procuradora Fernanda Domingos participou do *Hemispheric Workshop for Experienced Prosecutors and Investigators* promovido pela *Regional Workshop on Cybercrime for Investigators and Prosecutors* (REMJA/OEA), em Miami.
- Nos dias 22 a 26 de outubro, a coordenadora, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, representando o Ministério Público Federal, participou da Oficina sobre Crime Cibernético: a Luta contra o Abuso Sexual de Menores, organizada pelo Programa de Combate a Criminalidade Organizada (Paccto), que integra países latino-americanos e europeus, em Quito – Equador.
- Entre os dias 18 e 21 de dezembro, participaram do *12º Internet Governance Forum (IGF)*, evento organizado pela ONU, a convite do CGI.br, Neide Oliveira, coordenadora, e Priscila Schreiner, membro do GA. Trata-se do maior evento mundial sobre internet,

que envolve governos, *law enforcements*, sociedade civil, empresas de tecnologia e indústria, entre outros, com a participação de cerca de 2.000 pessoas de todos os países integrantes da ONU. A coordenadora, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, palestrou em dois *workshops* relacionados à criptografia e bloqueios de aplicativos e a relação entre Bloqueios de Aplicativos e os Princípios de Governança da Internet, e Priscila Schreiner, no *workshop* sobre *Internet & Jurisdiction*, em Genebra – Suíça.

- Nos dias 5 a 7 de dezembro, a procuradora Jaqueline Buffon e a servidora Adriana Shimabukuro, como coordenadora do NTCCC da PR/SP, participaram do evento *Hemispheric Forum On International Cooperation Against Cybercrime*, em Santo Domingo – República Dominicana.

V. Participação em Audiências Públicas sobre projetos de lei sobre alteração do Marco Civil da Internet e outros relacionados à temática do Grupo

- No dia 2 de junho, a coordenadora, Neide Cardoso, e a coordenadora adjunta, Fernanda Domingos, participaram da audiência pública marcada pelos ministros Edson Fachin e Rosa Weber do Supremo Tribunal Federal (STF) para debater o bloqueio do aplicativo WhatsApp por meio de decisões judiciais, nos autos das ADPF 403/SE e ADIN 5527/DF. Ambas fizeram apresentações e organizaram os memoriais entregues aos ministros e juntados nas respectivas ações.
- No dia 6 de dezembro, a coordenadora, Neide Cardoso, foi convidada pelo Senado Federal a participar de Audiência Pública destinada a instruir o PLS nº 169, de 2017, com elaboração de Nota Técnica, enviada para o relator, via 2ª CCR.
- No dia 14 de dezembro, a procuradora da República Jaqueline Buffon foi indicada pela 2ª CCR para, na Câmara dos Deputados, participar como palestrante na Audiência Pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática com o objetivo de discutir os avanços nas investigações sobre fotos e vídeos de abuso e exploração sexual compartilhados na internet e os mecanismos de prevenção.

VI. Realização de Seminários sobre Crimes Cibernéticos sob custeio da Escola Superior do Ministério Público da União

Nos dias 2 e 3 de agosto de 2017, realizamos o curso sobre "Efetividade da Persecução Penal na Sociedade Cibernética", que contou com a participação de cerca de 15 membros do MPF; 2 do MPDFT; 1 do MPM; e 4 juízes, entre estaduais e federais, organizado pelo membro do Grupo, Ângelo Ilha, em conjunto com a 2ª CCR. A coordenadora, Neide Cardoso, palestrou sobre a "Atuação do Ministério Público no Combate aos Crimes Cibernéticos"; a integrante do GA Jaqueline Buffon discursou sobre a "Operação DarkNet"; e a servidora Adriana Shimabukuro sobre Questões Técnicas referentes às investigações na Internet, como a Deep Web, na Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília-DF.

O curso foi bem proveitoso e entende-se que a participação dos juízes federais e estaduais é muito importante nos processos relacionados à temática cibernética devido à recente legislação do Marco Civil de Internet em relação ao qual os atuais juízes são os formadores de jurisprudência.

VII. Núcleos Técnicos de Combate a Crimes Cibernéticos

A criação de Núcleos Técnicos de Combate a Crimes Cibernéticos, nos moldes do NTCCC de SP, é um pleito antigo do Gacc e, durante o ano de 2017, a coordenação continuou a articulação para sua efetiva implantação.

VIII. Roteiro de Atuação em Crimes Cibernéticos

O "Roteiro de atuação sobre Crimes Cibernéticos", atualizado por todos os membros da 2ª CCR que fizeram parte do Gacc no ano de 2016, foi distribuído em vários eventos em que os membros palestraram ao longo do ano.

IX. Projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas"

O Projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas", realizado em parceria com a ONG SaferNet Brasil e patrocinado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), sob

coordenação da PFDC com auxílio da 2ª CCR, por meio do Gaac, realizou 17 Oficinas "Segurança, Ética e Cidadania na Internet: Educando para Boas Escolhas On-line", abrangendo todo o território nacional, no ano de 2017.

A coordenação do projeto é realizada pela coordenadora do Grupo, Neide Cardoso, e a PRR Marcia Morgado foi substituída pela PRDC/RJ Ana Padilha. Ambas são auxiliadas pela integrante Fernanda Domingos. A segunda fase do projeto, iniciada em 1º de junho de 2016, foi aprovada pelo Escritório de Planejamento e Gestão do MPF, que pretendia expandi-lo para as demais capitais do País (17), e concluída em 2017, tendo sua última Oficina sido realizada em 12 de dezembro.

X. Atividades relacionadas ao projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas"

- 21/1; 21/2; 12 e 13/6 – realizadas videoconferências – reunião entre a coordenação do projeto, a assessoria da PFDC e a procuradora Fernanda Domingos. Em duas delas, com PRDCs de locais onde seria realizada a Oficina "Internet Segura e Responsável: Educando para Boas Escolhas On-line".
- 15/3 e 30/3; 17/5; 6 e 7/6 e 10/10 – realizadas reuniões pelo FalaMPF, entre a coordenação do projeto e a assessoria da PFDC.
- 16/11 – Reunião no Ministério da Educação (MEC), em Brasília, e assinatura posterior de Convênio.

2.2.8 Grupo de Trabalho sobre Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e a Ordem Econômica

Em 9 de novembro de 2016, conforme deliberações ocorridas nas Sessões de Coordenação – Sessão 120ª, realizada em 17 de outubro de 2016 e Sessão 121ª, realizada em 7 de novembro de 2016, a Câmara resolveu criar o Grupo de Trabalho sobre Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e a Ordem Econômica, com atuação em cartéis.

Em 2017, na 140ª Sessão de Coordenação, de 23 de outubro de 2017, as atividades do grupo foram prorrogadas por mais um ano. Atualmente, o GT é composto pelos seguintes membros: Fernando Antônio de Alencar Alves de Oliveira Júnior, Gustavo Torres Soares, Júlio César de Castilhos Oliveira Costa, Karen Louise J. Kahn, Lafayete Josué Petter e Márcio Schusterschitz da Silva Araújo.

Nesse ano, o grupo desenvolveu suas atividades de apoio à Câmara na temática sobre Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e a Ordem Econômica, em grande parte, por discussões e debates por meio do grupo criado na ferramenta de comunicação “Telegram”.

A atuação deste grupo foi primordial nas atividades relacionadas à Oficina sobre Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e a Ordem Econômica, realizada nos dias 22 e 23 de junho 2017.

2.2.9 GT sobre Crimes Tributários e Fiscais

O Grupo de Trabalho sobre Crimes Tributários e Fiscais foi criado pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio da Portaria 2ª Câmara nº 169, de 19 de março de 2015. Em 2016, o GT propôs à 2ª CCR a prorrogação de suas atividades, considerando a necessidade de se concluir as atividades constantes do Plano de Trabalho. Por deliberação do Colegiado, as atividades do grupo foram prorrogadas por mais um ano.

Ao longo do ano de 2017, o Grupo de Trabalho de Crimes Fiscais realizou atividades em diferentes aspectos relacionados à persecução penal tributária.

Quanto às ferramentas de análise dos parcelamentos tributários, por meio de sua consolidação e rescisão, foram realizadas diversas reuniões com a Receita Federal para aceleração de uma saída tecnológica a ser realizada pelo Serpro.

Também houve a formulação de uma minuta de nota técnica sobre o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), por conta da edição da mais nova lei de parcelamento tributário, demonstrando, entre diversos motivos, a ilegalidade da lei por descumprimento de regra prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foi igualmente apresentado documento que repensa a estratégia de persecução penal quanto ao crime de contrabando, ampliando o corte previamente estabelecido para se conside-

rar determinado caso como merecedor de um processo penal. A medida tem como objetivo dar meios às Procuradorias para priorizarem casos de maior relevância em detrimento da atuação pulverizada em inúmeros casos de pouca monta.

Em relação à identificação de crimes fiscais durante a tramitação das ações de execução fiscal, houve maior aproximação com a Procuradoria da Fazenda Nacional, por meio de sua Divisão de Grandes Devedores. PFN e MPF construíram em conjunto a regulamentação infralegal das representações fiscais para fins penais, indicando quais medidas devem ser adotadas pela PFN e que documentos devem constar da representação.

No plano legislativo, houve a construção de proposta de alteração legislativa na redação do *caput* do art. 1º da Lei nº 8.137/1990. Hoje é possível cogitar hipóteses que são claramente ilícitos tributários mas que só com algum esforço interpretativo poderiam ser alcançadas pelo tipo penal. Assim, a proposta pretende deixar claro que o crime de sonegação tributária ocorrerá com a redução ou supressão de tributo por qualquer meio fraudulento, não importando qual foi a forma especificamente adotada para a concretização da fraude.

Por fim, houve uma reorganização do plano de trabalho, que passa a priorizar a criação, em âmbito federal, do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), iniciativa adotada há 10 anos pelo Ministério Público de Minas Gerais e que vem se estendendo a diversos outros estados, como Bahia, Goiás e Rio de Janeiro.

2.2.10 GT sobre Justiça de Transição

O Grupo de Trabalho sobre Justiça de Transição foi criado inicialmente por meio da Portaria nº 21, de 25 de novembro de 2011. Desde então, considerando a importância da atuação nessa temática, o Grupo teve suas atividades prorrogadas algumas vezes.

Em 2016, houve a reestruturação do GT e conforme deliberado na 140ª Sessão de Coordenação, de 24 de outubro de 2017, as atividades foram prorrogadas por mais um ano, a partir dessa data.

Integram o GT os seguintes membros: Ana Letícia Absy, Carolina de Gusmão Furtado, Ivan Cláudio Marx, Lilian Miranda Machado, Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandez, Marlon Alberto Weichert, Paulo Sérgio Ferreira Filho, Sérgio Gardenghi Suiama, Tiago Modesto Rabelo, Wilson Rocha Fernandes Assis, Ubiratan Cazetta, Vanessa Seguessi.

Dentre as atividades realizadas pelo GT, destaca-se a publicação do segundo volume da *Série Relatórios de Atuação*, Crimes da Ditadura Militar. As atividades relacionadas à publicação foram organizadas pelo procurador da República Sérgio Gardenghi Suaiama.

2.2.11 GT sobre Crimes de Fronteiras

O Grupo foi criado por meio da Portaria da 2ª CCR nº 218, de 11 de novembro de 2016, para atuar com a finalidade de articular estratégias de combate aos crimes nas regiões de fronteira, notadamente tráfico internacional de drogas, tráfico de pessoas, tráfico de armas, contrabando e descaminho.

Integraram o grupo nesse período, os membros: Antônio Morimoto Júnior, Stella Fátima Scampini, Luís Wanderley Gazoto, Isac Barcelos Pereira de Souza, Juliano Baggio Gasperin, Lucas Bertinato Maron e Ricardo Pael Ardenghi.

Em 2017, foram realizadas duas reuniões presenciais. Na primeira, entre os temas da pauta, os membros definiram o plano de trabalho para 2017. Na segunda reunião, os membros presentes discutiram sobre o seguinte: correlação entre contrabando e homicídios/acidentes de réus na 4ª Região Federal; apresentação de relatório sobre as atividades do GT tendentes à integração e à coordenação com órgãos de segurança pública, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas, especialmente sobre o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF); explanação do Dr. Ricardo Pael sobre a “Reunião estratégica: enfrentamento ao crime organizado nas fronteiras da América do Sul – Brasil–Paraguai”; discussão sobre as tratativas e a interlocução com a Receita Federal acerca da definição dos parâmetros para aferir eventual insignificância penal; sugestão da efetiva transformação desse Grupo de Trabalho em Grupo de Apoio aos membros que oficiam em área de fronteira para apoio em procedimentos de maior dificuldade ou repercussão, versando sobre a temática, quando solicitado, bem como para o desenvolvimento de pequenos seminários e/ou oficinas nos locais de Fronteira, abordando questões relacionadas ao tema, de maior incidência em cada região, convidando membros lotados na região, membros do Ministério Público do Estado, do Judiciário Federal e Estadual, bem como representantes da Polícia Federal local, além de representantes das Fiscalias e do Judiciário nas cidades de fronteira dos países vizinhos, a fim de permitir maior debate e estabelecer possíveis pontos de contato.

Essa segunda reunião contou com a participação do Cel. Flávio Lajoia que realizou uma apresentação sobre o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), demonstrando os objetivos, a sistemática e os benefícios desse sistema que proporcionará acesso a dados de inteligência importantes para empreender ações nas regiões de fronteiras.

Em 2017, de acordo com a 141ª Sessão de Coordenação, de 13 de novembro de 2017, as atividades do Grupo foram prorrogadas por mais um ano e, a partir da sugestão do Grupo, o GT foi transformado em GA. Conforme o Edital nº 10, de 4 de dezembro de 2017, e a Portaria 2ª Câmara nº 18, de 11 de dezembro de 2017, o Grupo atuará nos eixos: NORTE 1 (Amapá, Pará e Roraima) – Antônio Augusto Teixeira Diniz e Ubiratan Cazetta; NORTE 2 (Amazonas, Acre e Rondônia) – Luiz Gustavo Mantovani e Thiago Pinheiro Correa; CENTRO-SUL (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná) Eduardo Rodrigues Gonçalves, Elton Luiz Bueno Candido e Haysa Kyrie Medeiros Jardim, Henrique Gentil Oliveira, Juliano Bagio Gasperin, Lucas Bertinato Maron, Ricardo Pael Ardenghi, Stella Fátima Scampini; PORTOS E AEROPORTOS – Isac Barcelos Pereira de Souza e Marcelo Godoy; SUL (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) – Cláudio Dutra Fontella, Dermeval Ribeiro Vianna Filho e Filipe Andrios Brasil Siviero.

Considerando a temática do grupo, destaca-se ainda a participação do MPF nas reuniões ordinárias do Programa de Proteção Integrada de Fronteira (PPIF), instituído por meio do Decreto Federal nº 8.903/2016, a pedido da 2ª Câmara. Em 2017, foram realizadas sete reuniões do Comitê Executivo do PPIF. Na última reunião de 2017, o procurador da República, Ricardo Pael Ardenghi do MPF mencionou que em 2021 entrará em vigor o Estatuto da Cidadania Regional e questionou se o Plano de Ação "4.3.1 Propor ajustes e incrementos aos mecanismos de controle migratório" está levando em consideração essa nova questão do Mercosul. Os membros do Ceppif responderam que será considerado esse aspecto no referido plano. Posteriormente, o membro reiterou o pleito do MPF no sentido de ser convidado a participar das discussões dos GTs envolvendo planos de ação do PPIF.

2.2.12 Força-Tarefa Araguaia

A FT Araguaia foi reconstituída por meio da Portaria PGR nº 906, de 14 de outubro de 2016.

Em 2017, considerando a continuidade dos trabalhos de instrução dos procedimentos investigatórios, sistematização de informações e coleta de provas com vistas ao pleno cumprimento da sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no Caso Gomes

Lund e outros *versus* Brasil, as atividades da FT foram prorrogadas por mais um ano com a recondução dos seguintes integrantes: Wilson Rocha Fernandes Assis, Tiago Modesto Rabelo, Ubiratan Cazetta, Lilian Miranda Machado e Nathalia Mariel Ferreira de Souza Pereira.

Até o momento, foram ajuizadas, antes da criação dessa FT Araguaia, 3 denúncias, em face de dois réus, acerca do desaparecimento forçado (sequestro), homicídio e ocultação de cadáveres envolvendo nove vítimas mencionadas na sentença da Corte IDH¹. Para alcançar o escopo descrito na Portaria PGR nº 906, de 14 de outubro de 2016, que criou a FT Araguaia (com a composição atual), foram instaurados, no ano de 2017, outros 5 novos procedimentos investigatórios criminais, além dos 43 instaurados anteriormente, totalizando 48 PICs relacionados às vítimas referidas na sentença da CIDH, conforme relação já enviada à 2ª CCR/MPF.

Os procedimentos foram instaurados considerando o contexto em que teriam ocorrido a prisão, a morte ou o desaparecimento das vítimas, e estão sendo regularmente despachados e instruídos, com a realização de diversas diligências, no âmbito da FT Araguaia, para obtenção de elementos probatórios suficientes à formação da *opinio delicti*.

A partir de junho de 2017 se deu a cessão de um cargo em comissão nível 2 (CC-2), para lotação em Marabá/PA e dedicação exclusiva aos feitos relativos à Força-Tarefa, pelo prazo inicial de 6 (seis) meses. A assessora ocupante do CC-2 vinculado ao primeiro ofício da PRM de Anápolis, cujo titular integra a Força-Tarefa, também se dedica aos trabalhos da FT Araguaia.

Os procuradores da República membros da FT Araguaia, com o auxílio dos referidos servidores, desde a constituição da Força-Tarefa, têm realizado, em resumo, além das diligências acima já enunciadas, as seguintes tarefas:

- 1) Análise inicial dos PICs em curso na PRM de Marabá/PA relacionados aos fatos/vítimas listados na decisão da CIDH no caso Gomes Lund vs Brasil com vistas à definição de diligências necessárias à continuidade das investigações.
- 2) Análise e indexação de depoimentos, relatos, documentos e outras provas coletadas pelo MPF, ordenando-os e sistematizando-os em relação a cada uma das potenciais vítimas da repressão do Estado brasileiro à chamada Guerrilha do Araguaia.

1 Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/0075.c.1ri_mes_da_ditadura_militar_digital.paginas.unidas.pdf>.

- 3) Análise de informações e documentos solicitados e enviados à FT Araguaia pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.
- 4) Análise de depoimentos, provas e demais registros colhidos por outros órgãos na apuração de fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia, especialmente pela Comissão Nacional da Verdade, Grupo de Trabalho Tocantins-Araguaia (MJ/SDH).
- 5) Pesquisa e análise de livros e publicações para sistematização dos dados bibliográficos sobre o tema no que possa interessar à persecução penal dos fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia.
- 6) Levantamento, a partir da sistematização de informações, da cadeia de comando e *modus operandi* do aparato estatal na repressão aos dissidentes do Araguaia.
- 7) Identificação de agentes/testemunhas, para definição de pessoas a serem inquiridas.
- 8) Solicitação de relatórios de pesquisa (Asspa) – 36 relatórios já contabilizados e outras diligências com vistas a identificar e localizar testemunhas e agentes.
- 9) Inquirição de pessoas, com dezenas de oitivas já efetivadas, realização de diligências de campo e outras providências para fins de levantar informações e provas no interesse da persecução de crimes praticados na Guerrilha do Araguaia.
- 10) Deslocamento para o município de Marabá/PA, nos dias 12 a 14/12/2016, 21 a 25/2/2017 e 17 a 21/7/2017, para realizar as seguintes diligências:
 - a) instrução dos PICs relacionados aos casos listados pela decisão da Corte IDH;
 - b) contato com órgãos locais atuantes na temática de interesse da FT Araguaia para troca de informações e coleta de elementos probatórios;
 - c) tomada de depoimentos sobre fatos específicos, objeto dos PICs – oitiva em áudio/vídeo, de pessoas/testemunhas, entre colonos e ex-militares.

Em 26/9/2017 foi ouvida testemunha, na cidade de São Paulo/SP, para instruir PIC referente a caso específico.

Entre os dias 6 e 10/11/2017 houve agendamento de novo deslocamento a Marabá/BA com o intuito de, entre outras diligências, ultimar investigação e concluir a elaboração de denúncia sobre caso determinado, objeto de um dos PICs que tramitam na PRM de Marabá/PA.

Os procuradores da República da FT não lotados na PRM de Marabá deslocar-se-ão quando necessário e na medida do possível para a região de modo a dar continuidade e acelerar os trabalhos em andamento, com o auxílio da assessoria e dos demais integrantes da FT Araguaia.

Cabe informar, ainda, que tramitam na PRM-Marabá/PA dois Inquéritos Cíveis Públicos, instaurados entre os anos de 2009 e 2012, que têm por objeto o acompanhamento dos trabalhos de buscas, localização e identificação dos restos mortais das vítimas, bem como a apuração, no âmbito cível, de fatos relacionadas a graves violações de direitos humanos verificadas por ocasião da denominada Guerrilha do Araguaia, também em observância à sentença da CIDH.

Não obstante, as atribuições da FT Araguaia cingem-se, por ora, à persecução penal dos fatos para fins de responsabilização criminal.

Objetiva-se, em especial, dar resposta concreta a cada um dos casos citados na sentença da CIDH, com oferecimento de denúncia ou arquivamento fundamentado de cada caso, segundo o acervo probatório obtido em cada um dos procedimentos instaurados pelo MPF, destacando-se, a propósito, os desafios inerentes à investigação de fatos dessa natureza, seja pelo decurso do tempo, pela falta (ou perecimento) de provas, pelas especificidades do *modus operandi* do aparato estatal na Guerrilha do Araguaia, pela idade avançada dos agentes e testemunhas e/ou pela dificuldade de se identificar, localizar e inquirir as pessoas ainda vivas.

2.2.13 Força-Tarefa Avá-Guarani

A Força-Tarefa Avá-Guarani foi instituída por meio da Portaria nº 776, de 28 de setembro de 2015, pelo Procurador-Geral da República, com o objetivo de “investigar supostos crimes cometidos contra povos indígenas no Mato Grosso do Sul, bem como atuar nos feitos deles decorrentes”.

Em 2017, as atividades da FT foram prorrogadas por meio da Portaria nº 678, de 4 de agosto de 2017, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Compõem a Força-Tarefa o Procurador Regional da República Pedro Barbosa Pereira Neto (PRR 3ª Região) e os Procuradores da República Marco Antonio Delfino de Almeida, Ricardo Pael Ardenghi, Wilson Rocha Assis, Francisco de Assis Floriano e Calderano, Caio Vaez Dias e Luiz Paulo Paciornik.

Entre as atividades realizadas em 2017, estão o acompanhamento e diligências ao PIC nº 1.21.001.000349/2016-21, que apura a materialidade dos crimes de falsidade ideológica (art. 299, CP), inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A, CP), prevaricação (art. 319, CP) e favorecimento pessoal (art. 348, CP) praticados, em tese, por policiais federais – procedeu-se à oitiva de 11 (onze) testemunhas, além de 3 (três) investigados. Quanto ao caso de Panambi-Lagoa Rica (1.21.001.000719/2015-40), apesar das petições formuladas pelo Ministério Público Federal para a célere apreciação das medidas cautelares ajuizadas, ainda não foi solucionado o conflito negativo de jurisdição (0019750-07.2016.4.03.0000/MS) instaurado entre as Varas da Justiça Federal em Dourados.

Em março de 2017, o *Parquet* Federal teve ciência da decisão do Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região que designou o Juízo suscitante (2ª Vara) para apreciação das questões urgentes.

Além disso, foram realizadas diversas diligências no âmbito do PIC 1.21.001.000804/2015-16. Houve ainda a instauração do PIC 1.21.001.000069/2017-02.

Nesse ano, foi instaurado o PIC 1.21.001.000069/2017-02 – para apurar as responsabilidades remanescentes pelos crimes praticados contra a Comunidade da Terra Indígena Dourados-Amambaípeguá I no dia 14 de junho de 2016.

Foram desenvolvidas ainda atividades relacionadas aos seguintes autos: ação penal nº 0002539-57.2017.4.03.6002; HC 0003176-69.2017.4.03.0000/SP; 1.21.001.000719/2015-40 com instauração de conflito negativo de jurisdição 0019750-07.2016.4.03.0000/MS; PIC 1.21.001.000804/2015-16 e PP 1.21.003.000178/2016-11.

A FT dará prosseguimento às seguintes atividades:

- Elaboração de Roteiro de Atuação para os casos de conflito fundiário envolvendo Comunidades Indígenas;
- Elaboração de Parecer sobre o caráter sistemático ou generalizado dos ataques empreendidos contra os Kaiowá e Guarani (art. 7º do Estatuto de Roma).
- Atuação nos seguintes casos: Caso Kurusu Ambá (Coronel Sapucaia/MS); Caso Dourados – Amambaípeguá I (Caarapó/MS); Caso Panambi-Lagoa Rica (Douradina/MS); Caso Ñande Ru Marangatu (Antônio João/MS); Caso Pyelito Kuê e M'barakay (Iguatemi/MS); Caso Potrero Guasu (Paranhos/MS); Caso Agentes Públicos Federais (Dourados-MS).

2.2.14 Força-Tarefa Fazenda Brasil Verde

A FT Fazenda Brasil Verde foi criada a partir de deliberação do Colegiado na 142ª Sessão de Coordenação, de 27 de novembro de 2017, para apoiar a atuação do MPF no cumprimento à sentença prolatada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Fazenda Brasil Verde x Brasil”.

Integram a FT os seguintes membros: Ubiratan Cazetta, Ana Carolina Alves Araujo Roman, Tatiana de Noronha Versiani Ribeiro, Igor da Silva Spindola, conforme Portaria PGR/MPF nº 1.326, de 12 de dezembro de 2017.

Em 2017 o grupo atuou para reiniciar as investigações relacionadas aos fatos constatados em março de 2000 (fiscalização do MTE na Fazenda Brasil Verde, município de Sapucaia, com resgate de, aproximadamente, 80 trabalhadores submetidos a condição análoga à de escravo), e identificar, processar e, se for o caso, punir os responsáveis, nos termos dos §§ 444 e 446 da sentença. Houve a instauração do Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.005.000177/2017-62 para dar cumprimento à sentença prolatada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso “Fazenda Brasil Verde x Brasil”, bem como nos feitos dele decorrentes.

2.3 Eventos

Em 2017, para aprimorar a atividade de coordenação, a Câmara realizou 6 (seis) reuniões presenciais de Grupos de Trabalho, Comissões e Forças-tarefas. Ocorreram ao longo de 2017

as reuniões: GT Utilidade e Comissão BI (2 reuniões): 18/1/2017 e 7 e 8/3/2017; FT Avá-Guarani (1 reunião): 16/2/2017; Comissão de Estudos sobre Teses Recursais (2 reuniões): 13/6/2017 e 31/8/2017; GT Fronteiras (1 reunião): 27/9/2017.

Em 2017 foram realizadas 30 (trinta) reuniões para melhorar a interlocução com órgãos externos, com o fim de aprimorar a atuação criminal, assim descritas: reunião com o então ministro de Estado da Justiça e Cidadania Alexandre de Moraes – 17/1/2017; reunião com o então secretário Nacional de Segurança Pública Celso Perioli – 31/1/2017; reunião com o então secretário Nacional de Segurança Pública – general Carlos Alberto Santos Cruz – 15/8/2017 e reunião com o ministro da Defesa Raul Jungman – 29/8/2017.

Ocorreram ainda as reuniões com representantes dos seguintes órgãos: Banco Central (2 reuniões): 24/3/2017 e 2/8/2017; Correios (2 reuniões): 27/3/2017 e 31/8/2017; Dataprev (1 reunião) – 27/3/2017; Receita Federal do Brasil – secretário de SRFB (2 reuniões): 27/4/2017 e 3/8/2017; RFB auditor fiscal federal Luis Orlando Rotelli (1 reunião): 13/9/2017; INSS/Dirben (1 reunião): 26/5/2017; Reunião com Parceiros no Combate à Fraude Previdenciária (4 reuniões): 27/4/2017; 4/7/2017; 4/9/2017 e 10/10/2017; DPF – delegado Bráulio César (1 reunião): 30/10/2017; Segurança Institucional do BB – Moedas Virtuais (1 reunião): 22/11/2017; CEF-Dijur Diretoria Jurídica da CEF (1 reunião): 28/11/2017; Reunião com Parceiros no Combate à Fraude Previdenciária (5 reuniões): 27/4/2017; 4/7/2017; 4/9/2017; 10/10/2017 e 10/11/2017; PRM Oiapoque, Representantes do MTB e MPT (1 reunião): 16/5/2017; GNCOC (2 reuniões): 17/8/2017 e 6 e 7/12/2017; Caso Bellaviana (2 reuniões): 30/8/2017 e 12/9/2017.

Além dessas reuniões, a Câmara participou ou patrocinou a participação de membros em 12 (doze) reuniões da Enccla 2017, sendo: Ações Enccla 2018: 15/9/2017; Ação 4 (2 reuniões): 29/6/2017 e 15/8/2017; Ação 10 (3 reuniões): 10/5/2017; 14/6/2017 e 20/6/2017; Ação 11 (6 reuniões): 9/5/2017; 6/6/2017; 30/6/2017; 9/8/2017; 22/8/2017 e 11/10/2017.

Em 2017, também foram realizadas 7 (sete) oficinas para aprimorar e definir melhores formas de atuação em temas específicos, sendo elas: “Crimes Cibernéticos” – 26 e 27/1/2017; “Crimes de Fronteira” – 7 e 8/2/2017; “Tribunal do Júri” – 14 e 15/2/2017; “Fraudes Previdenciárias” – 14 e 15/3/2017; “Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas” – 21 e 22/3/2017; “Crimes contra o Sistema Financeiro e a Ordem Econômica” – 22 e 23/6/2017 e sobre “Lavagem de Ativos e Financiamento do Crime Organizado” – 27 e 28/6/2017.

Nesse ano ainda ocorreu, em parceria com a Sedep e a ESMPU, o curso “Efetividade da persecução penal na sociedade cibernética” – 2 e 3/8/2017.

2.4 Projetos

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, com o intuito de identificar de forma efetiva irregularidades relacionadas a fraudes previdenciárias, iniciou em 2016 o projeto BI Fraudes Previdenciárias – Fase I, o qual trabalha com o perfil das principais fraudes contra a Previdência Social.

Houve continuidade das atividades do projeto “O Aprimoramento da Representação (fiscal ou não) para Fins Penais da Receita Federal”, o qual teve início em 2015 e, na sequência, foi concluído no fim de 2017.

2.4.1 Projeto de Gestão Estratégica de Ofício (PPGEO)

O Projeto de Gestão Estratégica de Ofícios (PPGEO) surgiu a partir de sugestão do Grupo de Trabalho sobre Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal para inicialmente atuar no saneamento de inquéritos policiais.

A proposta foi apresentada ao Colegiado na 128ª Sessão de Coordenação de 3 de abril de 2017 e houve a publicação do Edital nº 4, de 27 de abril de 2018, para divulgar a abertura do processo seletivo aos interessados em participar do projeto.

O grupo do PPGEO foi formado pelos seguintes membros: Anderson Vagner Gois dos Santos, Demerval Vianna Filho, Isac Barcelos Pereira de Souza, Walter José Mathias Junior.

Em 5 de dezembro de 2017, o grupo se reuniu presencialmente na Procuradoria da República de São Paulo. Na ocasião, os participantes debateram sobre as questões relacionadas à execução das atividades dos projetos nos ofícios e deliberaram por encaminhar a Câmara os respectivos projetos.

2.4.2 O aprimoramento da representação (fiscal ou não) para fins penais da Receita Federal

O projeto, finalizado em dezembro de 2017, teve o propósito de permitir que, em regra, o oferecimento de denúncias pelo MPF não dependesse de complementação investigatória via inquérito policial, nos crimes envolvendo autoria coletiva e lavagem de dinheiro, e com isso aprimorar a persecução penal.

O projeto, em linhas gerais, foi composto por duas fases: em um primeiro momento, treinamentos ministrados por capacitadores do MPF e da Receita Federal, em módulos de treinamento dirigido à capacitação de auditores e técnicos da Receita Federal do Brasil. Em um segundo momento, reuniões de trabalho com membros do MPF para eventual adoção do roteiro de atuação, chegando-se à conclusão com medição de resultados concretos.

Nessa fase, foram priorizadas as reuniões de trabalho com procuradores da República atuantes na área criminal para discussões das diretrizes de atuação, com destaque para a busca da prevalência do oferecimento de denúncias sem a necessidade de complementação probatória via inquérito policial nos crimes fiscais.

2.4.3 Cruzamento de dados relativos a fraudes previdenciárias

O projeto BI Fraudes Previdenciárias, aprovado no segundo semestre de 2016 busca atuação proativa e coordenada no combate às principais fraudes previdenciárias para obter otimização da persecução penal desses crimes com reflexos positivos em toda a atuação penal do MPF.

A análise, a *priori*, é em âmbito regional, no entanto, terá abordagem nacional com alcance de bases de dados públicas abrangentes que apontem potenciais irregularidades na concessão de benefícios previdenciários.

O projeto tem por objetivo a identificação de possíveis irregularidades relacionadas com fraudes previdenciárias, valendo-se, para tanto, do simples cruzamento de base de dados pública, permitindo a identificação de possíveis irregularidades no procedimento de concessão de benefícios previdenciários, revelando-se o *modus operandi* e seus potenciais responsáveis.

Inicialmente, a análise da situação será feita apenas em âmbito regional, com perspectiva de ampliação para outros estados. Busca-se a atuação proativa e coordenada no combate às principais fraudes previdenciárias para obter otimização da persecução penal desses crimes com reflexos positivos em toda a atuação penal do MPF.

A PR/RN e a PRM/Açu/RN desenvolverão o BI voltado para a área rurícula e a PR/RJ e a PRR2 desenvolverão o BI voltado à área previdenciária, ambos incluindo o levantamento de requisitos, a identificação de base de dados, a análise qualitativa das bases de dados, a definição e o desenvolvimento de relatórios, a extração e a transformação de dados, a busca de parcerias com outros órgãos, de termos de ajustamento de conduta e de cooperação, a construção do portal de internet ou intranet e do manual técnico de utilização desenvolvimento de metodologia de investigação em massa, bem como do manual de atuação.

2.5 Coordenação Interinstitucional

Nesse ano, a 2ª Câmara manteve intensa interlocução com vários órgãos externos, por meio de ofícios e reuniões, destacando-se as articulações com a Receita Federal do Brasil e com o Instituto Nacional do Seguro Social, na busca de integração e atuação conjunta a fim de solucionar problemas relacionados aos seguintes temas:

Receita Federal do Brasil

- o aprimoramento das Representações Fiscais para Fins Penais (RFFP);
- acompanhamento dos procedimentos instaurados em decorrência das apreensões de tóxicos e entorpecentes em portos e aeroportos brasileiros, com o recebimento contínuo de planilhas atualizadas;
- integração entre os sistemas do Serpro e da Dataprev que permite o encerramento, por rescisão, dos parcelamentos da Lei nº 11.941/2009, relativo a débitos previdenciários;
- fornecimento de dados dos sistemas Infojud e Radar por meio de requisição do MPF;

- cronograma de implementação do e-Social para empresas;
- adoção de procedimento uniforme nos casos de apreensão de agrotóxicos ilegais, incluído no próprio e-Manual da RFB num tópico com o modelo da RFFP, passando, assim, a ser de observância obrigatória por todas as Regiões Fiscais;
- acompanhamento das práticas dos crimes de descaminho e de contrabando;
- acompanhamento das ações fiscais de combate à fraude na utilização de títulos públicos e outros créditos podres para fins de quitação de tributos;
- acompanhamento dos procedimentos instaurados em decorrência das apreensões de armas e partes de armas nos portos e aeroportos brasileiros.

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)

- acolhimento por parte do INSS da Recomendação nº 1 da PR/RN, propondo revisão do sistema de cadastro de benefícios do INSS relacionados aos períodos de atividade rural;
- aprimoramento das notícias-crimes do INSS conforme disposto no Enunciado 68 e na Orientação 4 da 2ª CCR, com a ressalva de que o INSS deverá encaminhar trimestralmente as notícias-crimes que se enquadram no enunciado e na orientação citados;
- possibilidade de acesso em lote às bases de dados dos sistemas Cnis, Sisben e Sisob;
- tratativas com a PF e o INSS para suprimir vulnerabilidades identificadas;
- integração com o Dirben/INSS no combate à fraude previdenciária.

3. ATIVIDADES DE REVISÃO

A 2ª Câmara, órgão setorial de coordenação e revisão do exercício funcional no Ministério Público Federal relativo à matéria criminal, dedica grande parte de seus esforços no exame de procedimentos criminais, judiciais ou extrajudiciais, que exigem manifestação superior sobre o arquivamento, a teor do art. 28 do Código de Processo Penal, do art. 62, IV, da Lei Complementar nº 75/1993 e da Resolução nº 77 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF).

A 2ª Câmara também efetua a revisão das manifestações de declínio de atribuição em que o membro do Parquet, reconhecendo a incompetência da Justiça Federal, admite que não tem atribuição para atuar e determina o encaminhamento dos autos a outros ramos do Ministério Público. Nesse caso, deve o procurador remeter os autos à 2ª Câmara para homologação do declínio de atribuição.

Sobre os procedimentos recebidos e examinados, têm-se os seguintes dados:

Tabela 1: Comparativo de procedimentos julgados por ano

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sessões	42	45	50	33	28	41	23	22	18	23	20	36	33
Julgado	1.388	1.981	2.767	4.325	4.306	10.735	10.272	10.054	10.903	8.793	10.534	12.409	11.680

Obs.: Os números englobam os processos deliberados nas sessões de julgamento, bem como os apreciados por decisão monocrática.

Gráfico 1: Comparativo de procedimentos julgados e decisões monocráticas

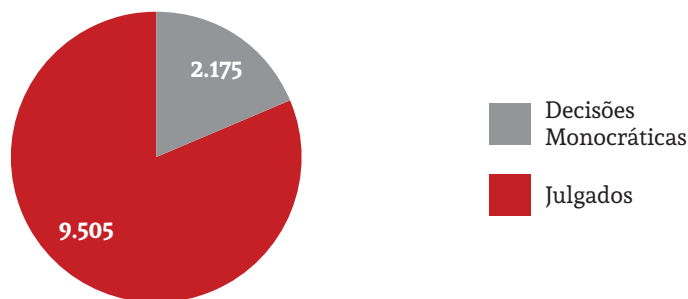
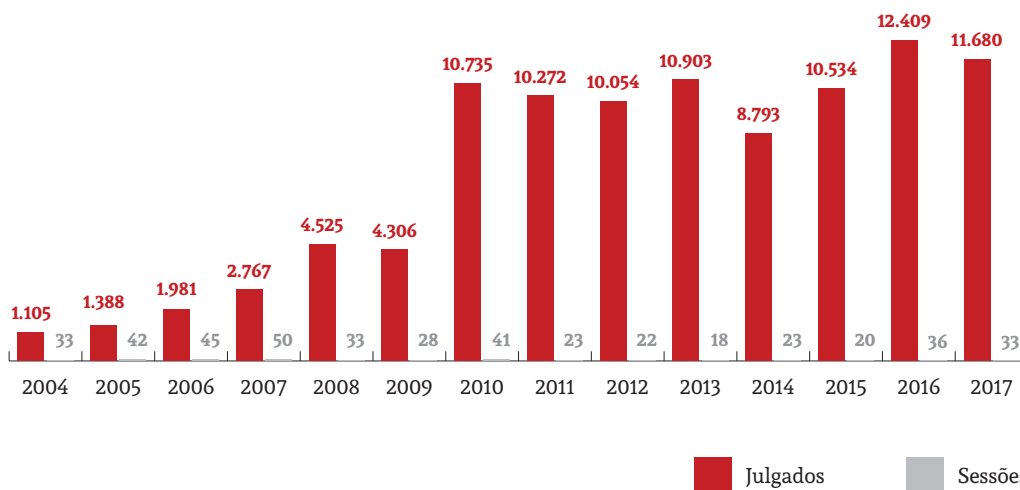


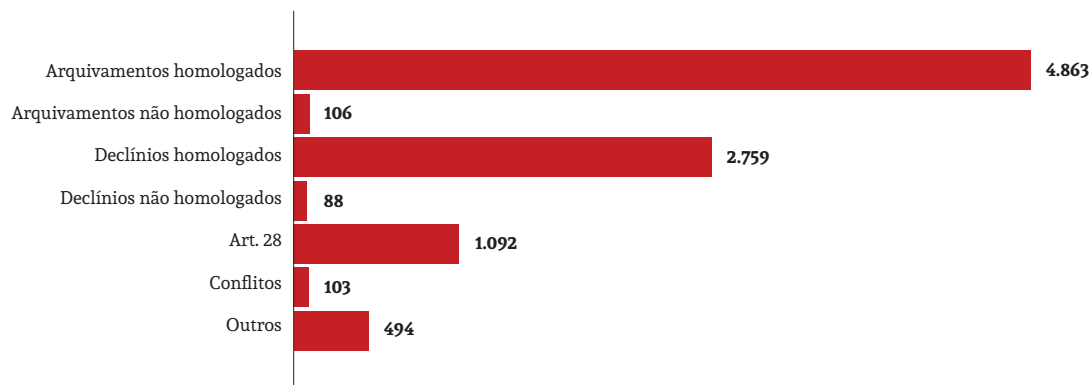
Gráfico 2: Comparativo de total de feitos apreciados e total de sessões realizadas por ano


Em razão da existência de orientações e enunciados expedidos pela 2ª Câmara, alguns processos deixam de ser encaminhados para homologação do Colegiado, tendo em vista que as unidades podem promover diretamente o arquivamento na unidade ou declínio de atribuição.

Em 2017, visando à eficácia da persecução penal, a 2ª CCR aprovou três novas Orientações (nºs 31, 32 e 33) e revisou a Orientação nº 10. Os números das promoções de arquivamento e dos declínios de atribuição promovidos diretamente pelas unidades estão em fase de levantamento pela Corregedoria do MPF.

Além disso, em 2017, após tratativas com o TRF da 4ª Região, a 2ª Câmara passou a ter acesso direto ao sistema de movimentação processual utilizado pela Justiça Federal da 4ª Região (e-Proc), permitindo, assim, receber intimações eletrônicas e cadastrar as decisões do Colegiado diretamente no sistema, o que impactou de maneira significativa na agilidade do trabalho, na confiabilidade do recebimento das intimações e na economia de insumos.

Gráfico 3: Detalhamento dos processos julgados e quantitativo total de feitos apreciados pela 2ª Câmara em 2017



Total de Sessões de Julgamento	33
Total de Decisões Monocráticas	2.175
Total de Processos Apreciados em 2017	11.680
Processos Julgados em 2017	9.505

4. ORÇAMENTO

Em 2017, a Câmara executou o orçamento disponível com foco na economia da despesas por meio da programação das ações com antecedência e de solicitações de passagens e diárias com tempo considerável, buscando redução de custos.

A execução do orçamento ocorreu por meio do pagamento de diárias e passagens para a realização das 7 (sete) Oficinas Temáticas, 6 (seis) reuniões de Grupos de Trabalho e 11 (onze) participações em operações de combate ao trabalho escravo. Também foram custeadas participações de membros do MPF em reuniões das ações da Enccla/2017, bem como despesas com 6 (seis) apoios às Sessões do Tribunal do Júri. Houve, ainda, custeio de 11 (onze) participações de membro suplente em Sessões de Coordenação e Revisão da Câmara.

Os eventos realizados estão descritos na página 42 deste relatório.

Como alternativa para a melhoria na execução orçamentária e melhor aproveitamento dos recursos, a Câmara buscou a integração com os grupos e comissões por meio das ferramentas modernas de comunicação, como o aplicativo Telegram, videoconferências e o Fala MPF. Com isso, foi possível realizar reuniões virtuais e aperfeiçoar as reuniões de grupos de trabalhos que aconteciam presencialmente. Além disso, a 2ª Câmara elegeu temas prioritários para nortear sua atuação, bem como aprovou a publicações somente de maneira eletrônica, dispensando, assim, impressões.

Nesse ano, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão realizou gastos de R\$ 107.539,81 com diárias e R\$ 249.530,52 com passagens aéreas, totalizando R\$ 357.070,33.

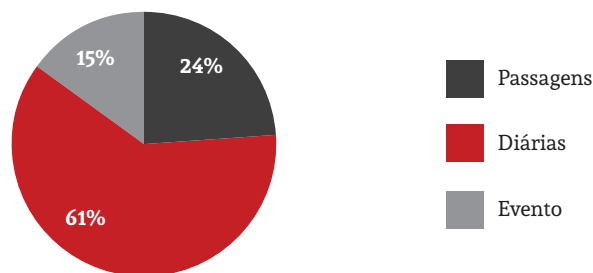
Com relação à Rubrica de Ações para Erradicação do Trabalho (TBescravo), foram gastos R\$ 298.670,69 com diárias e R\$ 91.684,24 com passagens aéreas, totalizando R\$ 390.354,93.

Quanto à Rubrica de Ações para Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes (RepTrafico), o gasto foi de R\$ 49.535,29 com diárias e R\$ 88.569,51 com passagens aéreas, totalizando R\$ 138.104,80.

Em 2017, foram executados R\$ 151.830,18 relacionados a despesas com eventos.

Todos os gastos foram calculados com base nos relatórios disponíveis pela Central de Viagens e Eventos (CVE), por meio do Sistema de Gestão de Viagens (SGV), conforme Saldo da UAG, foram distribuídos, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 4: Despesas da 2ª CCR com eventos em 2017



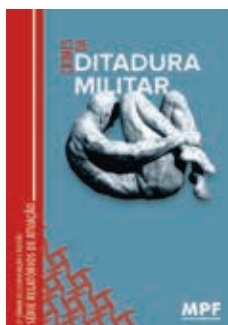
5. PUBLICAÇÕES

Em 2017, a Câmara divulgou os resultados de suas atividades por meio de Comunicados e Boletins Informativos. Ao longo do ano, foram publicados 20 (vinte) comunicados das Sessões de Coordenação e Revisão e 50 (cinquenta) comunicados sobre assuntos diversos relacionados à Câmara.

Além disso, foram publicados os seguintes roteiros de atuação:



"Relatório sobre a Atuação Criminal com Estratégia e Efetividade" 2ª edição revisada e ampliada



"Crimes da Ditadura Militar"



"Persecução Patrimonial e Administração de Bens"

MPF
Ministério Público Federal